

**INDÍGENAS, COLONIZADORES E O RIO PARAÍBA DO NORTE: UM EMBARQUE NA ETNO-
HISTÓRIA E HISTÓRIA AMBIENTAL DOS ESPAÇOS COLONIAIS**

Jean Paul Gouveia Meira¹

Universidade Federal de Campina Grande

(jeanpaulhistoriador@gmail.com)

Orientadora do PIBIC: Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)²

Universidade Federal de Campina Grande

(apolinarioju@hotmail.com)

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa procurará reconstituir de maneira crítica um importante episódio da história regional que foi a ocupação processual e sistemática do ambiente natural amplo,³ complexo nos aspectos da biodiversidade e das riquezas étnicas que sempre estiveram envoltos do rio Paraíba do Norte no período colonial brasileiro⁴.

¹ Aluno da graduação em História (licenciatura e bacharelado) da Universidade Federal de Campina Grande e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

² Professora da Unidade Acadêmica de História e Geografia, professora da pós-graduação em História, e coordenadora da pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

³ Este texto foi baseado na recente aprovação do projeto de pesquisa PIBIC (vigência 2009-2010), sob a orientação da profa. Dra. Juciene Ricarte Apolinário, tendo como bolsista do projeto o aluno Jean Paul Gouveia Meira.

⁴ O rio Paraíba do Norte é o mais importante rio da Paraíba. Com aproximadamente 300 km de extensão, nasce na Serra Jabitacá, no Município de Monteiro, com o nome de rio do Meio, sendo sua mais alta vertente originária do Pico da Bolandreira, a 1.079 metros de altitude.

A bacia do rio Paraíba corresponde a 18.000km² e representa 32% da área territorial do estado, que tem mais de 60% de suas fronteiras constituídas de divisores de águas, sendo que o contorno sul quase reproduz em escala maior a bacia do rio Paraíba, que deu o nome ao estado. O rio nasce numa das regiões mais secas, o Cariri, e deságua numa região de grande riqueza, a região canavieira, na planície litorânea. A maior parte de seu percurso se dá no alto da Serra da Borborema. De lá, desce passando pelo Agreste, atingindo o litoral.

Conhecer o rio Paraíba é conhecer a história do Estado.

Pode parecer uma ousadia mergulhar nas “águas passadas” da etno-história e história ambiental vinculadas ao rio Paraíba do Norte, através do arrolamento de diferentes fontes e variadas linguagens que darão subsídio a nossa construção histórica. Todavia, a história da ocupação das margens do referido rio e dos seus impactos ambientais não foram devidamente evidenciados nos estudos históricos em que pese à importância dos caminhos propostos pela tão recente história ambiental e dos rumos que vem tomando as metodologias de análise documental da etno-história.

A pergunta singular do nosso estudo é - como se deu a ocupação do rio Paraíba do Norte nas perspectivas da etno-história e da história ambiental, levando em consideração os impactos ambientais no processo de ocupação das suas margens e os conflitos interétnicos resultante do processo colonizador do Império Português e da invasão holandesa?

A colonização portuguesa provocou no rio Paraíba, mudanças significativas na biodiversidade através do processo de implantação de sistemas econômicos com características externalistas e endógenas amparadas nos interesses mercantilistas. Junto a estes fatores ocorreram lutas sangrentas entre nativos e portugueses. A conquista e a manutenção da posse da terra e de suas riquezas naturais por parte dos colonos e da Coroa portuguesa resultaram em diferentes práticas e relações culturais na região em que a bacia do rio Paraíba está inserida.

Desde o século XVII que o rio Paraíba aparecia nos relatos e na cartografia dos conquistadores europeus, que inclusive, o batizaram com o nome de São Domingos. Como assevera Regina Célia Gonçalves, embora conhecido, desde meados do século XVI, pela matas de Brasil que existiam nas suas terras próximas às suas várzeas, por sua barra tranqüila, sua profundidade e bom porto, o Paraíba nunca foi um rio manso.

Indígenas, secas e enchentes marcaram a sua relação com os colonizadores portugueses e holandeses e com os seus canaviais.⁵

A ocupação, efetiva, ao longo do rio Paraíba foi iniciada ainda no século XVI, com a instalação de engenhos em sua várzea. Até a chegada dos holandeses em 1654, havia dezoito engenhos e a ocupação prolongava-se até o engenho Tapuá, em Salgado de São Félix. A partir de então, existiam apenas alguns currais para juntar o gado fugido dos engenhos. Com a saída dos holandeses, inicia-se o processo de ocupação e povoamento do interior através do estabelecimento das fazendas de gado, que eram a prioridade para a concessão de terras, por parte da coroa.⁶ Por isso, a pecuária desbrava os sertões, ocupando inicialmente as terras mais apropriadas para essa atividade. Pilar foi a missão da nação Kariri mais próxima da capital, fundada em 1670.⁷ De lá, missionários jesuítas subiram pelas margens do rio Ingá, afluente do Paraíba, e fundaram, em uma colina, a segunda aldeia dos Kariri, atual Campina Grande, em 1697.

O núcleo mais antigo do povoamento do interior da Paraíba foi à fazenda Boqueirão, também chamada Carnoió, estabelecida em 1670 pelo baiano Antônio de Oliveira Ledo, que viera com seus irmãos ou sobrinhos da margem do rio São Francisco, na Bahia, através do rio Pajeú, passando à Paraíba pelo rio Sucurú e atingindo o Boqueirão. Os vestígios da primitiva localidade estão submersos pelo Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido por Açude Boqueirão, é o maior açude do Cariri paraibano e do rio Paraíba. Foi construído em 1956, para abastecer a cidade de Campina Grande e promover a agricultura irrigada às suas margens. Em meados do

⁵ GONÇALVES, Regina Célia. **Guerra e Açúcares**. Política e Economia na capitania da PARAYBA – 1585-1630. Bauru- SP: Edusc, 2007, p. 37.

⁶ JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Parahyba**. (Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro em 1892). Brasília: Thesaurus Editora, 1982. P. 60.

⁷ ANDRADE, Gilberto Osório. **O rio Paraíba do Norte**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997. P 30.

século XVII chegaram os primeiros colonos, tendo à frente o baiano Antonio de Oliveira Ledo, com seus rebanhos.⁸

O baixo curso do rio Paraíba é uma região histórica e cultural que tem seu início em Pilar, descendo até a foz do rio, em Cabedelo, numa extensão de aproximadamente quilômetros. Nesta região, a várzea vem sendo ocupada por engenhos de cana-de-açúcar desde o século XVI. Compreende os municípios atuais de Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, São Miguel de Taipú e Pilar.

Os engenhos eram responsáveis pela sustentação econômica e militar da capitania da Paraíba, levando os luso-brasileiros para as regiões do Litoral e do Agreste, fundando povoados, vilas e cidades às margens do rio Paraíba.⁹ Nos engenhos, a sociedade era composta pela família proprietária de um lado, e pelos trabalhadores e escravos de outro, gerando uma rígida estratificação social, cuja característica era a enorme desigualdade social. No entanto, o crescimento destes empreendimentos significou a redução e aniquilamento de vários grupos étnicos que tinham as margens do rio Paraíba como territórios originários. Grupos indígenas como os Kariri, Potiguara, Tabajara e outros construíram mecanismos de resistências para sobreviverem às investidas dos colonizadores portugueses e holandeses.¹⁰

⁸ MACHADO, Maximiano Lopes. **História da província da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1977. V. I (Documentos Paraibanos, 2).p. 30.

⁹ No município de Santa Rita, açucareiro por excelência, foi instalado o primeiro engenho da então Capitania, o Engenho Real Tibiri, em 1586. Posteriormente vários engenhos se espalharam pela grande, rica e fértil várzea do rio Paraíba, toda retalhada de rios caudais de água doce, cenário perfeito para a atividade canavieira, cuja forma de organização espacial consistia no estabelecimento do engenho de cana-de-açúcar, da casa grande, capela e senzala. Algumas dessas construções antigas podem ainda ser vistas na paisagem da várzea do rio Paraíba, representando um patrimônio cujas idades variam do século XVI ao XIX.

¹⁰ MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América Portuguesa. In: OLIVEIRA, Carla Mary e MEDEIROS, Ricardo Pinto (org.). **Novos Olhares sobre as capitanias do norte do estado do Brasil**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007, p. 125.

Diante do silenciamento da historiografia regional, acerca das questões enfocadas acima é que se pretende reconstituir, analiticamente, a ocupação do rio Paraíba nas perspectivas da etno-história e ambiental, levando em consideração os impactos no processo de ocupação das suas margens e os conflitos interétnicos entre grupos indígenas e não-indígenas no período colonial.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Como procedimento inicial far-se-á a complementação do levantamento bibliográfico para que se possa aprofundar o conhecimento da etno-história, principalmente, no que diz respeito aos trabalhos que trataram das políticas indigenista e indígena no Brasil colonial nos campos da História, Antropologia e Linguística e de trabalhos dos campos da ecologia, geografia e outras áreas que nos indique metodologias no campo da história ambiental. Posteriormente, as informações extraídas da bibliografia selecionada serão registradas em um banco de dados e este último será sistematicamente alimentado no decorrer da pesquisa.

A esta pesquisa, será dedicado maior tempo aos documentos manuscritos, devido a grande quantidade de informações neles contidos acerca da temática proposta. Procurar-se-á recontextualizar cada documento para que se compreenda o discurso, no tempo e no espaço, do autor ou da instituição que o produziu. Quanto aos autores dos documentos, tentar-se-á conhecer as suas posições sócio-econômicas e a forma como se posicionavam diante da questão indígena e ambiental referentes ao processo de ocupação do rio Paraíba.

A maioria das fontes documentais que será utilizada no decorrer da pesquisa encontram-se disponibilizados no Setor de Documentação e História Regional da Unidade de História e Geografia. Estas fontes foram digitalizadas e doadas pelo MINC, através do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. São documentos vindos de Portugal referentes a antiga capitania da Paraíba e outras pertencentes ao nordeste e que tratam do rio Paraíba, povos indígenas e questão ambiental. No final do presente projeto já se apresenta alguns documentos do Conselho Ultramarino de Portugal.

Para trabalhar com as citadas fontes e outros documentos arquivísticos (manuscritos, impressos, cartográficos, imagéticos e outros) pretende-se elaborar fichas-resumo, com os seguintes campos de informações: fundo arquivístico, tipo documental, data, autor, destinatário, assuntos relativos as questões indígenas e ambientais. Estas fichas servirão para alimentar um banco de dados, possibilitando o manuseio de um grande número de informações documental, espalhadas em diversos arquivos.

Procurar-se-á analisar os discursos oficiais através de análise de discurso para se verificar como que se aplicava à legislação indigenista portuguesa, especialmente no tocante às questões vinculadas aos índios do norte goiano e como no processo de significação discursiva, foi dado visibilidade às políticas indígenas .

Depois de analisar a documentação selecionada, tendo em vista os objetivos do projeto de pesquisa aqui proposto, interligada ao corpus teórico, partir-se-á para a escrita da história propriamente dita.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa de Iniciação Científica que está apenas começando, porém necessita ser divulgada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidades e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ANDRADE, Gilberto Osório. **O rio Paraíba do Norte**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerra e Açúcares**. Política e Economia na capitania da Parayba – 1585-1630. Bauru- SP: Edusc, 2007.

JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Parahyba**. (Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro em 1892). Brasília: Thesaurus Editora, 1982.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da província da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1977. V. I (Documentos Paraibanos, 2).

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América Portuguesa. In: OLIVEIRA, Carla Mary e MEDEIROS, Ricardo Pinto (org.). **Novos Olhares sobre as capitanias do norte do estado do Brasil**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC/INL, 1989.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adalto (org.). **A Outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OLIVEIRA, Regina Horta. **História e Natureza**. São Paulo. Autêntica, 2005.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: UDUSC, 1999.

WORSTE, Donald. In: Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

